

PIB do Turismo no Brasil: estimativas pelo método do quociente de participação do turismo

Glauber Eduardo de Oliveira Santos¹

Resumo

Este estudo buscou elaborar estimativas das dimensões econômicas do turismo no Brasil. O trabalho se apoiou sobretudo em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 do IBGE e adotou uma estratégia de estimação inovadora baseada no cômputo de Quocientes de Participação do Turismo (QPT) que correspondem à participação das despesas relacionadas às viagens turísticas no total de despesas das famílias com cada categoria de produtos. Esses quocientes foram aplicados sobre os dados do Sistema de Contas Nacionais, assegurando a compatibilidade das estimativas com a contabilidade nacional oficial. Os resultados foram apresentados no formato das Tabelas de Recursos e Usos. O PIB direto do turismo em 2018 foi estimado em R\$ 70 bilhões, correspondendo a 1% do PIB brasileiro. As atividades turísticas que mais contribuem para o PIB são os hotéis e similares, os serviços de alimentação e o transporte aéreo. A pesquisa também apontou as principais deficiências de dados para a elaboração de estimativas mais completas e consistentes, com destaque para as lacunas de informações sobre exportações turísticas, consumo intermediário turístico, e despesas com veículos, equipamentos e imóveis turísticos.

Palavras-chave: economia do turismo; impacto econômico; renda; atividades características do turismo; Conta Satélite do Turismo.

Abstract

Tourism GDP in Brazil: estimates using the tourism participation quotients method

This study aimed at developing estimates of the economic dimensions of tourism in Brazil. The initiative was enabled by data from the 2017-2018 Household Budget Survey by IBGE. It adopts an estimation strategy based on the calculation of Tourism Participation Quotients (QPT). The QPT correspond to the shares of expenses related to tourist travel in the total household expenses by product category. These quotients were applied to data from the System of National Accounts, ensuring the compatibility of estimates with official national accounting. The results were presented in the format of Supply and Use Tables. The direct GDP of tourism in 2018 was estimated at R\$70 billion, corresponding to 1% of Brazilian GDP. The tourist activities that contribute most to GDP are hotels and similar, food services, and air transport. The research also highlighted the main data deficiencies for the development of more complete and consistent estimates, such as the gaps in information on tourism exports, intermediate tourism consumption, and expenses with vehicles, equipment, and tourism properties.

Keywords: tourism economics; economic impact; income; tourism characteristic activities; Tourism Satellite Account.

1. Doutor em Economia do Turismo pela Universitat de les Illes Balears. Mallorca, Illes Balears, Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: glauber.santos@usp.br.

Resumen

PIB del Turismo en Brasil: estimaciones por el método de los cocientes de participación del turismo

Este trabajo buscó preparar estimaciones de las dimensiones económicas del turismo en Brasil. El trabajo utilizó principalmente datos de la Encuesta de Presupuestos Familiares 2017-2018 del IBGE y adoptó una estrategia de estimación basada en el cálculo de Cocientes de Participación del Turismo (QPT). Los QPT corresponden a la participación de los gastos relacionados con viajes turísticos en el total de gastos de los hogares con cada categoría de producto. Estos cocientes se aplicaron a datos del Sistema de Cuentas Nacionales, asegurando la compatibilidad de las estimaciones con la contabilidad nacional oficial. Los resultados se presentaron en el formato de Tablas de Origen y Destino. El PIB directo del turismo en 2018 se estimó en R\$ 70 mil millones, lo que corresponde al 1% del PIB brasileño. Las actividades turísticas que más aportan al PIB son la hotelería y similares, los servicios de alimentación y el transporte aéreo. La investigación también destacó las principales deficiencias de datos para la elaboración de estimaciones más completas y consistentes, con énfasis en la falta de información sobre exportaciones turísticas, consumo turístico intermedio y gastos con vehículos, equipos y propiedades turísticas.

Palabras clave: economía del turismo; impacto económico; ingreso; actividades características del turismo; Cuenta Satélite de Turismo.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o turismo se transformou em uma atividade de grande relevância econômica no mundo. Em seu auge, em 2019, antes da pandemia de Covid-19, a atividade chegou a responder por 4,1% da produção econômica mundial, segundo estimativas da ONU Turismo (UNWTO, 2023a). Apesar da relevância econômica do turismo, a disponibilidade de estatísticas sobre tais dimensões é restrita. Em 2003, segundo a ONU Turismo, 108 países e territórios dispunham de estimativas da participação direta do turismo no PIB (UNWTO, 2023b). O Brasil está entre os países que atualmente não dispõem de estimativas desse tipo, embora diferentes projetos de mensuração econômica do turismo no país já tenham sido realizados, como aqueles desenvolvidos por Embratur (1991), Embratur (2002), Casimiro Filho e Guilhoto (2003), IBGE (2012), Takasago et al. (2010), Santos (2017) e Gonçalves et al. (2020).

A elaboração de estimativas econômicas do turismo constitui um desafio considerável para a maioria dos países (Libreros et al., 2006; Spurr, 2006). No Brasil, a situação não é diferente. Com relação à disponibilidade de dados, a principal lacuna é relativa às estatísticas sobre o consumo turístico doméstico e receptivo internacional (Ministério do Turismo, 2015). Uma vez que o turismo é uma atividade econômica definida a partir das condições em que o consumo ocorre (United Nations, 2008b), informações sobre o consumo turístico são fundamentais para distinguir a parcela da produção total de cada atividade econômica que é devida ao turismo daquela parcela que é devida ao consumo de residentes e outros tipos de viajantes não turistas. Sem essa informação, a atividade turística não pode ser corretamente identificada e mensurada. Por outro lado, alguns estudos que tentaram vencer a falta de especificidade na mensuração do turismo enfrentaram problemas de inconsistência de dados. Além disso, o conjunto de

estudos focados especificamente no turismo está desatualizado. O trabalho mais recente desse conjunto é de 2017 (Santos, 2017).

Em busca de oferecer informações mais atualizadas e consistentes, o presente trabalho visa estimar os principais agregados econômicos do turismo no Brasil. Em especial, este novo esforço de dimensionamento econômico do turismo no Brasil tira proveito da publicação da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 [POF] (IBGE, 2019). Os microdados da POF constituem um conjunto de informações sobre o consumo nacional de turismo com qualidade sem precedentes no país. Além disso, a presente pesquisa adota uma estratégia de estimação inovadora baseada no cômputo do Quociente de Participação do Turismo (QPT). Os QPTs correspondem à participação das despesas relacionadas às viagens turísticas no total de despesas das famílias com cada categoria de produtos. Os procedimentos de estimação adotados são capazes de diferenciar o consumo turístico do não turístico e de manter a consistência dos resultados com as informações do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Desta forma, este trabalho desenvolve estimativas econômicas específicas do turismo, atualizadas e metodologicamente transparentes¹ que podem constituir o embrião de uma Conta Satélite do Turismo. Os resultados deste trabalho também podem servir de referência alternativa para a avaliação e checagem de consistência de eventuais outros trabalhos de dimensionamento econômico do turismo no Brasil.

CONTA SATÉLITE DO TURISMO

O cômputo do PIB e outros agregados macroeconômicos segue a padronização conceitual estabelecida pelo marco conceitual do SCN desenvolvido pelas Nações Unidas em conjunto com diversos outros organismos internacionais (United Nations, 2009). Nesse sistema, as estatísticas de produção econômica são organizadas por produtos e atividades. Produto indica a natureza do bem ou serviço produzido. Atividade é uma categoria de classificação das unidades produtivas (empresas) baseada no principal produto produzido. Embora se reconheça que as empresas possam produzir mais de um produto, cada unidade é classificada em apenas uma atividade.

A classificação das atividades econômicas por produtos é apenas uma das possibilidades existentes. Embora o SCN utilize essa classificação, o próprio marco conceitual do sistema reconhece que as atividades podem ser classificadas de outras formas, tais como segundo seus insumos, técnicas produtivas e usos dos bens e serviços produzidos. A partir dessas formas alternativas de classificação das atividades é que se pode reconhecer e mensurar atividades como o turismo, a saúde e a cultura. A ONU Turismo define turismo essencialmente como a atividade dos visitantes, ou seja, dos indivíduos que estão em viagem para fora de seus entornos habituais (United Nations, 2008a). Logo, turismo não é uma atividade identificável pela natureza de seu produto, mas sim pela condição daquele que realiza o consumo. Em outras palavras, turismo é uma atividade definida a partir da demanda, e não da oferta (Candela & Figini, 2012; Santos et al., 2014).

1. O código de programação em linguagem R que acessa os dados brutos e executa os cálculos das estimativas está disponível em <https://santosglauber.github.io/pibturismo/pibturismo.html>

Essa perspectiva especial adotada na definição da atividade turística resulta no fato de que o turismo não consta no SCN. Logo, a mensuração econômica da atividade turística requer o desenvolvimento de sistemas especiais de estatísticas. O instrumento de contabilidade nacional especial para o turismo é denominado Conta Satélite do Turismo [CST] (United Nations, 2008b). De maneira geral, contas satélites são relatórios de contabilidade nacional que objetivam descrever ou evidenciar uma área ou aspecto específico da economia (United Nations, 2009). O conceito foi criado na versão anterior do SCN, de 1993, em reconhecimento à necessidade de flexibilidade do sistema (United Nations, 1993). Existem dois tipos de contas satélites, aquele que utiliza variações dos conceitos básicos do SCN e aquele que reagrupa as atividades econômicas de acordo com classificações distintas daquelas adotadas nas contas principais do SCN (United Nations, 2009). A CST pertence a este segundo tipo. Desta forma, Fretching (2010) define a CST como um método para “mensurar as contribuições diretas do consumo de turismo para a economia nacional” (p. 136, tradução do autor).

O desenvolvimento de marcos conceituais sobre estatísticas de turismo remonta à segunda metade dos anos 1970 (United Nations, 2008b). Os esforços empregados desde então culminaram nas definições estatísticas apresentadas na conferência da ONU Turismo, então denominada Organização Mundial do Turismo, de 1991 realizada no Canadá. Esse conjunto deu origem às recomendações sobre estatísticas de turismo da ONU Turismo publicadas em 1994 (United Nations, 1994). No mesmo ano, o Canadá se tornou o primeiro país a publicar uma CST (United Nations, 2008b). Em 1999, foi criado um grupo de trabalho interinstitucional composto pela OCDE, Eurostat e ONU Turismo para desenvolver um marco conceitual para a CST. O resultado dessa comissão foi a publicação de um manual da CST publicado em 2001 (United Nations, 2001). Em 2008, as recomendações sobre estatísticas de turismo da ONU Turismo foram revisadas (United Nations, 2008a). Com base nesse novo documento, o marco conceitual da CST também foi atualizado (United Nations, 2008b). No mesmo ano, o SCN também foi atualizado pelas Nações Unidas (United Nations, 2009). Mas o novo manual do SCN não chegou a embasar o marco conceitual atualizado da CST porque veio a ser publicado somente um ano depois.

DIMENSIONAMENTO ECONÔMICO DO TURISMO NO BRASIL

A história do dimensionamento econômico do turismo no Brasil remonta ao início dos anos 1990 e é composta por uma série de projetos (Santos, 2016). A primeira iniciativa foi realizada por técnicos estrangeiros contratados pela Embratur em 1991 (Embratur, 1991; Rabahy & Rejowski, 2001). Um segundo estudo foi realizado pelos pesquisadores Wilson Rabahy e Décio Kadota, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido da Embratur, em 2002 (Embratur, 2002; Kadota & Rabahy, 2003). Para mensurar propriamente a atividade turística, estes dois primeiros estudos utilizaram dados de pesquisas de demanda turística, além de adotar uma série de pressupostos simplificadores. Na sequência, Casimiro Filho e Guilhoto (2003), sem diferenciar o consumo turístico do consumo não turístico, elaboraram uma estimativa independente das dimensões econômicas das atividades características do turismo (ACTs). Após

a criação do Ministério do Turismo em 2003, a incumbência de estimar as dimensões econômicas do turismo no Brasil foi passada para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual também se restringiu a estimar dados relativos às ACTs, sem distinguir o turismo propriamente dito (IBGE, 2006, 2008, 2009, 2010, 2012). Takasago e colegas (2010) também elaboraram estimativas das dimensões econômicas do turismo no Brasil. Neste caso, os autores buscaram distinguir o consumo turístico do consumo não turístico utilizando dados do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) do IPEA (Sakowski, 2013). Em especial, os autores utilizaram as estimativas dos Coeficientes de Atendimento a Turistas (CAT), que descrevem a porcentagem de atendimento a turistas nos estabelecimentos de determinada ACT. Os CAT foram estimados a partir de uma pesquisa amostral telefônica conduzida pelo IPEA junto às empresas. Também utilizando os CAT, Santos (2017) elaborou novas estimativas para o ano de 2013. A iniciativa mais recente de mensuração econômica do turismo no Brasil parece ser aquela desenvolvida por Gonçalves et al. (2020) com foco nas ACTs, trazendo inclusive estimativas por unidade da federação.

Cada um dos estudos anteriores adotou perspectivas e métodos diferentes, alcançando resultados que não são plenamente comparáveis. Ainda assim, esse conjunto oferece aproximações relevantes da participação do setor turístico na produção econômica no Brasil, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Estimativas da participação das ACTs e do turismo no PIB brasileiro

| Estudo | Ano de referência | Participação no PIB brasileiro | |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------------|---------|
| | | ACTs | Turismo |
| Embratur (1991) | 1989 | | 2,49% |
| Embratur (2002) | 1999 | 3,7% | 2,0% |
| Casimiro Filho & Guilhoto (2003) | 1999 | 3,59% | |
| IBGE (2012) | 2009 | 3,89% | |
| Takasago et al. (2010) | 2006 | | 2,33% |
| Santos (2017) | 2013 | | 2,0% |
| Gonçalves et al. (2020) | 2015 | 3,27 | |

Fonte – elaboração do autor

O conjunto de estimativas atualmente disponíveis das dimensões econômicas do turismo no Brasil apresenta ao menos quatro deficiências relevantes:

- **Especificidade:** Algumas pesquisas, incluindo as pesquisas oficiais desenvolvidas pelo IBGE, mensuraram as ACTs, e não o turismo em si.
- **Consistência:** alguns estudos foram baseados em dados pouco consistentes e em pressupostos pouco sustentados.
- **Transparência:** alguns estudos não descrevem detalhadamente as fontes de dados e os procedimentos metodológicos adotados.
- **Atualização:** as estimativas são relativamente antigas, sendo que a mais recente se refere ao ano de 2015.

Em outras áreas da economia brasileira, até o presente, a única conta satélite desenvolvida pelo IBGE é relativa à saúde (IBGE, 2022). Os dados dessa conta satélite pioneira no país são apresentados no formato das Tabelas de Recursos e Usos (TRU). Buscando espelhar esse exemplo, o presente estudo adota o formato das TRU para a apresentação da CST. Os conceitos e a organização das TRU são sinteticamente apresentados a seguir:

ESTRUTURA DAS TABELAS DE RECURSOS E USOS (TRU)

As Tabelas de Recursos e Usos (TRU) são definidas como

matrizes que registram como as ofertas de diferentes tipos de bens e serviços são criadas pelas unidades produtivas domésticas e pelas importações e como essas ofertas são alocadas entre vários usos intermediários ou finais, incluindo exportações (United Nations et al., 2009, p. 4, tradução do autor).

As TRU seguem uma estrutura geral estabelecida pelo SCN (United Nations, 2009) e são compostas por 3 tabelas (IBGE, 2016):

- 1) TRU1: Recursos de bens e serviços
- 2) TRU2: Usos de bens e serviços
- 3) TRU3: Componentes do valor adicionado

A TRU1 registra a oferta total de diferentes produtos a preço do consumidor. A oferta total a preço do consumidor (O) é formada pelo valor da produção (VP), somado à margem do comércio (MGC), à margem do transporte (MGT), aos impostos sobre os produtos (IP) e às importações (M). A produção de cada categoria de produtos pode ser realizada pelas unidades produtivas de diferentes atividades econômicas (j). Logo, o valor total da produção do produto i é a soma das produções de i por todas as atividades j . A versão mais detalhada das TRU do IBGE, utilizada como base para o presente trabalho, conta com 128 produtos ($I=128$) e 68 atividades econômicas ($J=68$). A oferta total a preço do consumidor do produto i é dada por

$$(1) \quad O_i = MGC_i + MGT_i + IP_i + \sum_{j=1}^J VP_{ij} + M_i$$

A oferta total a preço do consumidor equivale à demanda total (D). A TRU2 detalha a alocação da demanda total de cada produto por componente da demanda. A demanda total é decomposta em dois conjuntos: consumo intermediário (CI) e demanda final (DF). O consumo intermediário corresponde à demanda por produtos exercida pelas unidades produtivas como parte de seus processos produtivos. A demanda final é composta pelo consumo das famílias (C), do governo (G) e das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF), além da formação bruta de capital fixo (FBCF), da variação de estoques (VE) e da exportação (X). A equação a seguir define a composição do consumo total.

$$(2) \quad O_i = D_i = CI_i + DF_i = CI_i + C_i + G_i + ISFLSF_i + FBCF_i + VE_i + X_i$$

A TRU3 registra a composição do valor produção de cada atividade econômica a preços básicos (). Para cada atividade j , a diferença entre VP e a soma do consumo intermediário () resulta no valor adicionado bruto (VAB _{j}). O VAB, por sua vez, é decomposto em remunerações (W), excedente operacional bruto e rendimento misto bruto (EOB), impostos e subsídios sobre a produção (ISP). É oportuno esclarecer a diferença ISP e os impostos sobre produtos (IP). ISP é a soma de tributos incidentes sobre a folha de pagamento e os demais impostos ligados à produção, mas não diretamente incidentes sobre o valor dos produtos (Feijó & Ramos, 2013).

$$(3) \quad VP_j = CI_j + VA_j = CI_j + W_j + EOB_j + ISP_j$$

Para a economia como um todo, o valor adicionado bruto () é igual ao valor total da produção (), subtraído do consumo intermediário (). Já o produto interno bruto (PIB) equivale ao VAB mais o total de impostos sobre produtos ().

$$(4) \quad VAB = VP - CI$$

$$(5) \quad PIB = VAB + IP$$

A CST diferencia os produtos entre turísticos e não turísticos, ou seja, consumidos ou não por turistas, independentemente da natureza do produto. A demanda das famílias por serviços de alimentação, por exemplo, deve ser distinguida entre os serviços consumidos em viagens turísticas e aqueles consumidos em outras situações. A variável C_{ij} da TRU2 pode ser desagregada em consumo turístico das famílias (CT _{ij}) e consumo não turístico das famílias (CR _{ij}). A mesma diferenciação entre turístico e não turístico vale para os demais componentes do consumo: importações, consumo intermediário, produção, impostos sobre produtos e margens do transporte e comércio. Em todos esses agregados, pode-se indicar a diferenciação das parcelas turística e não turística pelo acréscimo das letras T (turístico) e R (não turístico) ao final do nome da variável. As importações (M), por exemplo, podem ser diferenciadas entre MT (importações turísticas) e MR (importações não turísticas).

Deve-se ressaltar que tal diferenciação é dupla no caso do consumo intermediário, já que esse componente representa uma relação entre diferentes unidades produtivas. De um lado, o consumo intermediário turístico (CIT _{ij}) descreve o consumo de viagens por parte das unidades produtivas. Esse conjunto está fortemente associado ao turismo de negócios. De outro lado, o consumo intermediário da produção turística (CIPT _{ij}) representa a demanda de unidades produtivas do turismo por insumos e serviços que compõem o processo produtivo. Um exemplo de item desse conjunto é o gasto das companhias de aviação com combustíveis.

A soma dos valores adicionados pelas atividades características do turismo pode ser chamado de Valor Adicionado Bruto das Atividades Turísticas (VABAT). Embora esse agregado macroeconômico possa ter alguma relevância para fins

setoriais, ele não representa propriamente o turismo por dois motivos (United Nations, 2008b). Em primeiro lugar, o VABAT considera toda a produção das ACTs, mas não diferencia a produção dedicada ao consumo turístico daquela dedicada aos consumidores residentes e a outros tipos de viajantes. Em segundo lugar, o VABAT ignora a produção efetivamente turística realizada por empresas de atividades não incluídas nas ACTs. A alternativa adequada para descrever a economia do turismo é o Valor Adicionado Bruto Direto do Turismo (VABDT) (United Nations, 2008b). Esse agregado considera toda e apenas a produção dedicada a atender a demanda turística, independentemente de qual a atividade principal da unidade produtiva que fornece o bem ou serviço ao turista, sendo dado por

$$(6) \quad VABDT = \sum_{i=1}^{I-1} \sum_{j=1}^J VPT_{ij} - \sum_{i=1}^{I-1} \sum_{j=1}^J CIPT_{ij} = VPT - CIPT$$

O Produto Interno Bruto Direto do Turismo (PIBDT), que descreve a contribuição do turismo para o PIB, equivale ao VABDT mais os impostos líquidos de subsídios sobre produtos turísticos (IPT).

$$(7) \quad PIBDT = VABDT + \sum_{i=1}^{I-1} IPT_i = VABDT + IPT$$

FONTES DE DADOS

O dimensionamento da economia do turismo no Brasil partiu da estimação dos valores do consumo turístico. Essas estimativas foram realizadas a partir da seleção e combinação de informações de diferentes fontes de dados secundários. A utilização exclusiva de dados secundários foi um elemento central na proposta metodológica do presente trabalho. Esta proposta metodológica visa a elaboração de estimativas a partir das informações já disponíveis, sem o emprego de vultosos recursos para produção de dados primários. Desta forma, além de obter estimativas preliminares, pode-se avaliar o grau de consistência já alcançável, além de esclarecer quais são as principais lacunas de dados primários, auxiliando no direcionamento de recursos para a pesquisa.

A pesquisa de fontes de dados secundários realizada para este trabalho foi ampla e criteriosa. Foram consultados os conjuntos de dados disponibilizados pelas principais instituições públicas e privadas relacionadas ao tema no Brasil, incluindo IBGE, Ministério do Turismo, Banco Central, IPEA, FIPE, FGV, CNC e diversas outras associações empresariais. O levantamento incluiu relatórios de pesquisas, bem como bancos de microdados disponíveis para tratamento. Apesar das tentativas, alguns agregados não puderam ser estimados de nenhuma forma, permanecendo sem estimativas.

A principal fonte de dados utilizada foi as Tabelas de Recursos e Usos (TRU) do IBGE. Essas tabelas são parte integrante do SCN (IBGE, 2016) e apresentam informações de produção e de geração de renda por atividades econômicas e produtos. As TRU foram utilizadas como base para a elaboração da CST a fim de garantir o máximo de compatibilidade possível entre a CST e o SCN.

As informações sobre o consumo turístico das famílias, que constituíram uma lacuna central nas tentativas anteriores de desenvolver a CST, foram estimadas sobretudo a partir dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF). Essa pesquisa foi desenvolvida pelo IBGE a partir de entrevistas domiciliares aplicadas a uma amostra de cerca de 59 mil famílias brasileiras representativa de toda a população nacional. Informações específicas da despesa com viagens turísticas foram coletadas na POF. Os valores utilizados foram produzidos a partir do tratamento e tabulação dos microdados dessa pesquisa. É importante ressaltar que as POF são uma das principais fontes de dados utilizadas pelo IBGE para a elaboração do SCN (IBGE, 2017a).

Uma vez que os dados sobre o consumo turístico das famílias estavam disponíveis apenas para o ano de 2018, esse foi adotado como ano base das estimativas desenvolvidas. Logo, as TRU consideradas também se referem ao ano de 2018. É importante ressaltar que o turismo sofreu uma enorme crise entre 2020 e 2022 em razão da pandemia de Covid-19 (Clemente et al., 2020; Ribeiro et al. 2021). Logo, a realidade dos anos mais recentes tende a ser específica e não representar características estruturais do turismo no Brasil. Desta forma, embora 2018 não seja um ano base exatamente recente, ele é um representante mais estável do turismo no Brasil do que qualquer ano no período de pandemia.

As variações pontuais ocorridas no turismo durante a pandemia foram também um dos motivos para se adotar a POF como fonte principal de dados sobre o consumo turístico das famílias, ao invés de se adotar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2020 e 2021 do IBGE. Além disso, a POF conta com outras vantagens sobre a PNADC. Em especial, a composição do consumo turístico na POF é muito mais detalhada do que na PNADC. Ademais, a PNADC apresenta dados de consumo apenas de natureza turística, não trazendo dados sobre o consumo não turístico. Embora o consumo não turístico não seja o objeto do presente estudo, a proporção entre os consumos turístico e não turístico constitui a estratégia central de estimação aqui, conforme discutido na seção 7. Outras fontes de dados foram utilizadas para complementar as estimativas em aspectos pontuais, sendo mencionadas na descrição metodológica apresentada na seção 7.

DEFINIÇÃO DE PRODUTOS E ATIVIDADES

As viagens turísticas implicam na demanda por uma série de produtos. Embora a lista completa de bens e serviços consumíveis por turistas seja extremamente longa, uma grande parte da demanda é concentrada em uma lista reduzida de itens. A definição da lista de categorias de produtos turísticos estudados nesta pesquisa foi feita com base na lista de produtos específicos consumidos em viagens turísticas da POF. Essa alternativa buscou manter a consistência com essa que foi a principal fonte de dados externos às TRU no presente projeto. Ademais, deve-se ressaltar que a lista de produtos turísticos adotada pela POF é resultado de um longo e consistente processo de aprimoramento metodológico conduzido pelo IBGE. Por fim, destaca-se que essa lista contempla todos os produtos turísticos sugeridos pela ONU Turismo para o desenvolvimento de CSTs (United Nations, 2008b).

Os 92 produtos turísticos específicos da POF foram classificados em 12 das 68 categorias de produtos identificadas pelas TRU. Uma vez que o tradutor oficial de códigos da POF 2017-2018 para o SCN ainda não havia sido divulgado pelo IBGE, esse processo de classificação partiu do tradutor de categorias elaborado pelo IBGE para a POF 2009 (IBGE, 2017b). Os produtos da POF 2017-2018 que não constavam na POF 2009, seja por serem novos ou por terem sido especificados de forma mais detalhada, foram classificados a partir da relação entre as categorias de produtos do SCN e os códigos do CNAE 2.0 (IBGE, 2017a). Essa segunda etapa de classificação não acrescentou nenhuma categoria à lista de produtos turísticos, mas apenas permitiu concluir a classificação da lista completa de produtos turísticos da POF 2017-2018. A lista resultante de categorias de produtos turísticos e sua correspondência com as categorias do SCN são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Lista de categorias que incluem produtos turísticos

| SCN | | Categoria de produtos turísticos |
|--------|---|-------------------------------------|
| Código | Categoria de produtos | |
| 19912 | Gasoálcool | Combustível veicular |
| 49002 | Transporte terrestre de passageiros | Transporte terrestre |
| 50001 | Transporte aquaviário | Transporte aquaviário |
| 51001 | Transporte aéreo | Transporte aéreo |
| 52801 | Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes | Serviços auxiliares aos transportes |
| 55001 | Serviços de alojamento em hotéis e similares | Hotéis e similares |
| 56001 | Serviços de alimentação | Serviços de alimentação |
| 59801 | Serviços cinematográficos, música, rádio e televisão | Cinema |
| 68001 | Aluguel efetivo e serviços imobiliários | Aluguel de imóveis por temporada |
| 77001 | Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual | Aluguel de veículos |
| 78802 | Outros serviços administrativos | Agenciamento de viagens |
| 90801 | Serviços de artes, cultura, esporte e recreação | Artes, cultura, esporte e recreação |

Fonte – elaboração do autor

A lista de atividades econômicas a serem consideradas foi elaborada a partir da análise do volume de produção de categorias de produtos turísticos. Os dados das TRU revelam que mais de 99% da produção de 4 das 12 categorias de produtos turísticos é realizada por unidades produtivas de uma única atividade. Contudo, alguns produtos são produzidos em volumes não desprezíveis por atividades secundárias. A atividade de administração pública, por exemplo, produz 2,5% de todos os serviços de transporte terrestre de passageiros. Aliás, a administração pública é produtora de várias categorias de produtos frequentemente consumidos por turistas. Contudo, isso não significa que a parcela produzida pela administração pública seja dedicada ao consumo de turistas. O transporte terrestre de passageiros produzido pela administração pública, por exemplo, é

essencialmente voltado para residentes. A natureza não turística da produção também pode ser assumida em diversos outros casos. Por exemplo, a produção de serviços de alojamento por empresas de agricultura e pecuária também é essencialmente não turística. Duas categorias de produtos turísticos se destacam pelas parcelas substanciais de produção realizada por empresas de atividades variadas. Os aluguéis não-imobiliários, que incluem o aluguel de automóveis, são produzidos por 6 atividades diferentes. Já o aluguel efetivo e serviços imobiliários, que inclui o aluguel de imóveis de temporada, é produzido por 66 atividades distintas. Contudo, é evidente que a produção realizada em várias dessas atividades não é turística, como o aluguel de imóveis ofertado por empresas da indústria. Desta forma, e considerando-se a escassez de dados para análises mais detalhadas, este trabalho assume que a produção de serviços das categorias listadas no Quadro 2 por parte de atividades secundárias é essencialmente voltada para o consumo não turístico. Em outras palavras, assume-se o pressuposto de identidade entre produtos e atividades turísticas de modo que a lista de categorias de produtos turísticos pode ser diretamente transposta para compor a lista de atividades turísticas. Toda a produção de cada categoria de produtos turísticos foi atribuída à sua principal atividade produtora.

ESTIMATIVAS DA DEMANDA TURÍSTICA

Diferentes estratégias foram utilizadas para a estimação das dimensões da demanda turística em razão da disponibilidade de dados. Ao todo, foram utilizadas 8 estratégias diferentes, que são identificadas no Quadro 3 e discutidas na sequência.

Quadro 3 – Síntese das estratégias de estimação da demanda turística total

| Categoria de produtos | Consumo das famílias | Consumo intermediário | Exportação | Importação |
|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Combustível veicular | A | | | |
| Transporte terrestre | A | | | |
| Transporte aquaviário | A | | | |
| Transporte aéreo | A | D | H | H |
| Serviços auxiliares aos transportes | B | | | |
| Hotéis e similares | A | E | H | H |
| Serviços de alimentação | A | F | H | H |
| Cinema | B | | | |

(continua...)

Quadro 3 – Continuação

| | | | | |
|-------------------------------------|---|---|--|--|
| Aluguel de imóveis | B | | | |
| Aluguel de veículos | B | | | |
| Agenciamento de viagens | C | G | | |
| Artes, cultura, esporte e recreação | A | | | |

Fonte – elaboração do autor

Consumo das famílias

A principal estratégia de estimação do consumo de produtos turísticos pelas famílias (estratégia A do Quadro 3) foi a combinação de dados das TRU e da POF. A base de cálculo adotada foi o valor do consumo das famílias de cada uma das 12 categorias de produtos turísticos segundo dados das TRU. A produção de cada produto foi desagregada entre as parcelas turística e não turística por meio da aplicação dos Quocientes de Participação do Turismo (QPT), que correspondem à participação das despesas das famílias relacionadas às viagens turísticas no total de despesas das famílias por categoria de produtos. O QPT na demanda por serviços de alojamento, por exemplo, corresponde à despesa total das famílias em serviços alojamento durante viagens turísticas dividida pela despesa total das famílias em serviços de alojamento. A fórmula de cálculo do QPT para cada categoria de produtos *i* é

$$(8) \quad QPT_i = \frac{CT_i^*}{C_i^*}$$

onde C_i é o consumo turístico das famílias e C_i^* é o consumo total das famílias, incluindo consumo de turistas e de não turistas. Os asteriscos da fórmula indicam totais estimados a partir de dados da POF, diferenciando esses valores dos totais oriundos de dados das TRU. A utilização dos pesos para expansão da amostra da POF garantiu a representatividade nacional das estimativas dos QPTs para o ano de 2018 (Tabela 1).

Tabela 1 – Quocientes de participação do turismo por categoria de produtos

| Categoria de produtos | Quociente de participação do turismo (QPT) |
|------------------------------|---|
| Combustível veicular | 8% |
| Transporte terrestre | 16% |
| Transporte aquaviário | 65% |
| Transporte aéreo | 98% |
| Estacionamentos e pedágios | 34% |

(continua...)

Tabela 1 – Continuação

| | |
|-------------------------------------|------|
| Hotéis e similares | 98% |
| Serviços de alimentação | 13% |
| Cinema | 1% |
| Aluguel de imóveis | 100% |
| Aluguel de veículos | 90% |
| Agenciamento de viagens | 100% |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 9% |

Fonte – estimativas do autor

Aplicando-se os QPTs sobre a base de cálculo oriunda das TRU, tem-se que a estimativa do consumo turístico das famílias dos produtos da categoria i é dada por

$$(9) \quad CT_i = QPT_i \times C_i$$

onde C_i é o consumo total das famílias de produtos da categoria i segundo dados das TRU, incluindo consumo turístico e não turístico. A grande vantagem da estratégia de estimação por meio do uso dos QPTs é a consistência com os dados das TRU e do SCN. Por esse método, o total de despesas das famílias com cada categoria de produtos é dado pelas TRU, sendo as informações da POF utilizadas apenas para distinguir as parcelas turística e não turística. Desta forma, o resultado da estimativa mantém o máximo de consistência com o SCN. Cabe lembrar que a consistência com o SCN é um dos princípios das CSTs, já que estas contas com enfoque especial no turismo constituem meras reorganizações dos valores do SCN (United Nations, 2009).

A estratégia de cálculo pela adoção do QPT não é aplicável para 5 categorias de produtos. Para 4 destas, a razão é a baixa representatividade da demanda turística frente a demandas totais muito mais amplas e difusas. Os ingressos de cinema, por exemplo, são classificados dentro de uma categoria muito mais ampla de serviços que inclui serviços cinematográficos, música, rádio e televisão. De forma similar, os estacionamento e pedágios de veículos constituem uma parte bastante específica de uma categoria mais ampla e difusa de armazenamento e serviços auxiliares aos transportes. Nessas condições, o QPT não constitui um parâmetro consistente, não sendo utilizada neste trabalho para desagregar os valores das TRU. Alternativamente, nesses casos, a despesa turística registrada pela POF () foi diretamente adotada como melhor estimativa do consumo das famílias. Deve-se destacar que essa estratégia, identificada pela letra B no Quadro 3, embora mais simples, é menos consistente com o SCN, sendo adotada apenas para os produtos em que a estratégia principal não se mostrou viável. Por outro lado, também é importante ressaltar que as 4 categorias em questão totalizam uma parcela pouco significativa da demanda turística, o que implica reduzido risco para as estimativas dos agregados totais.

A última categoria de produtos cuja estimativa do consumo das famílias não parte da base de cálculo das TRU é o agenciamento de viagens. A principal dificuldade para a mensuração da demanda das famílias por produtos dessa categoria

tem origem na forma de coleta de dados da POF. A lista de produtos turísticos da POF contém 20 itens pertinentes ao agenciamento de viagens, incluindo passeios, excursões, pacotes turísticos e outras despesas com agências de viagens. Contudo, esses itens não diferenciam os valores pagos pelos serviços das agências daqueles pagos aos serviços de terceiros intermediados pelas agências. Por exemplo, o valor da aquisição de um pacote turístico incluindo transporte aéreo e hospedagem não foi desagregado entre os valores dos serviços do hotel, da companhia aérea e da agência de viagens. Dessa forma, uma estratégia especial, identificada pela letra C no Quadro 3, foi adotada para estimar a dimensão da demanda pelos serviços prestados propriamente pelas agências de viagens às famílias. Esse cálculo parte da receita operacional total das agências de viagens estimada pela PAS. Esse montante foi desagregado entre a demanda das famílias e a demanda das unidades produtivas de acordo com a proporção estimada pela pesquisa de Caracterização do Setor de Agenciamento de Viagens (CNC et al., 2020). Segundo aquela pesquisa, 56% das receitas das agências de viagens no Brasil é oriunda dos serviços prestados a pessoas físicas.

A diferença entre a demanda das famílias por serviços das agências de viagens e o total de despesas feitas nessas empresas registrado pela POF constituiu a estimativa do valor total dos serviços de terceiros intermediados pelas agências para as famílias. Essa estimativa foi dividida entre serviços nacionais e internacionais a partir da proporção registrada pela POF. A distribuição do valor total dos serviços nacionais intermediados entre as categorias de serviços seguiu a descrição dos pacotes turísticos registrados pela POF e as proporções de gastos com cada categoria para viagens sem serviços intermediados. O valor estimado dos serviços nacionais de terceiros intermediados pelas agências foi adicionado à despesa explicitamente declarada na POF com cada categoria de produtos turísticos. As despesas com serviços hoteleiros intermediados pelas agências, por exemplo, foram somadas às despesas com serviços hoteleiros não intermediados. Esses totais ajustados por categoria de produto foram utilizados inclusive para o cálculo dos QPTs.

Consumo intermediário turístico

As estimativas do consumo intermediário turístico (CIT) ficaram incompletas em razão da escassez de dados sobre o consumo de serviços turísticos por parte das unidades produtivas. A dificuldade de estimação desse agregado econômico é um problema reconhecido há bastante tempo (Smeral, 2006). Apenas o consumo de quatro categorias de produtos turísticos pode ser estimado a partir dos dados disponíveis. Para se ter uma ideia da possível dimensão da subestimação do CIT total a partir dessas quatro categorias de produtos, é relevante saber que, no consumo turístico das famílias, essas categorias respondem por cerca de 65% do consumo turístico total.

O CIT de transporte aéreo de passageiros foi estimado a partir do valor do consumo intermediário total com transporte aéreo segundo a TRU (estratégia D do Quadro 3). Sobre essa base de cálculo, foi aplicada a proporção da receita com o transporte de passageiros sobre a receita total das companhias aéreas no Brasil, que segundo o Anuário da ANAC foi de 83,7% em 2018 (ANAC, 2022).

O CIT de serviços de alojamento foi calculado com base no valor desse tipo de despesa registrado nas TRU. Contudo, deve-se reconhecer que nem todos os serviços de alojamento adquiridos por unidades produtivas constituem serviços turísticos. Em especial, as empresas frequentemente têm despesas com alojamento de trabalhadores. Desta forma, sobre a base de cálculo, foi aplicada a proporção de empregados em hotéis no total de empregados em serviços de alojamento (estratégia E do Quadro 3). Segundo os microdados da RAIS (Ministério do Trabalho, 2022), especialmente tabulados para este fim, essa proporção era de 80,5% em 2018.

O CIT com serviços de alimentação foi calculado como uma proporção do CIT com serviços de alojamento (estratégia F do Quadro 3). Para tanto, foi replicada a proporção observada nas viagens das famílias. Segundo os dados estimados anteriormente, as famílias gastam com serviços turísticos de alimentação o equivalente a 59,1% do que gastam com serviços turísticos de alojamento. Essa estratégia de estimação assume que a proporção entre gastos com alimentação e hospedagem para as unidades produtivas é pelo menos tão grande quanto para as famílias.

Por fim, o CIT com serviços de agenciamento de viagens foi calculado como a diferença entre a receita total das agências e o consumo das famílias, conforme descrito anteriormente (estratégia G do Quadro 3).

Exportação e importação

Os valores das exportações e importações turísticas de serviços foram obtidos da tabela TRU2 (estratégia H do Quadro 3). Foram consideradas turísticas as exportações de serviços de transporte aéreo, alojamento e alimentação. É importante lembrar que esses serviços são produzíveis apenas na presença do consumidor. Portanto, a exportação implica atividade turística, exceto para os casos bastante minoritários em que o viajante internacional não é turista. Por outro lado, é relevante destacar que não foram elaboradas estimativas das exportações de outros serviços turísticos em razão da lacuna de dados.

Outros componentes do consumo

Segundo as TRU, o consumo final do governo e das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) é zero para todas as categorias de produtos turísticos, pois o consumo turístico desses setores institucionais constitui consumo intermediário. A única exceção é a demanda de serviços de artes, cultura, esporte e recreação por parte das ISFLSF. Contudo, essa demanda não tem grande relação com a prestação de serviços para turistas, destinando-se sobretudo à prestação de serviços aos residentes. A FBCF e a variação de estoques também é nula para todas as categorias de produtos turísticos. Neste ponto, é relevante destacar que, na presente pesquisa, os imóveis não foram considerados produtos turísticos em razão da inexistência de dados consistentes sobre a demanda por residências secundárias. Em especial, destaca-se que a POF não diferencia as despesas com segundas residências de lazer das despesas com segundas residências de outros

tipos. Além disso, com os dados disponíveis, também não é possível estimar a demanda por veículos e outros equipamentos de lazer turístico.

Resultados

Os resultados do processo de estimação da demanda turística total, conforme os procedimentos e critérios descritos anteriormente, são apresentados na Tabela 2, que corresponde à TRU2. A demanda turística total estimada é de R\$ 197 bilhões, o que equivale a 1,4% da demanda total da economia brasileira. A demanda turística total é composta por R\$ 102 bilhões de consumo das famílias (2,3% do total da economia), R\$ 20 bilhões de exportações turísticas (2% do total) e R\$ 75 bilhões de consumo intermediário turístico (1,3% do total). Cabe destacar que a estimativa da participação do turismo nas exportações é se aproxima dos 2,2% registrados para 2018 na Balança de Serviços do Banco Central (Banco Central do Brasil, 2020).

Tabela 2 – Estimativas da demanda turística total – TRU2 (em milhões de Reais)

| Categoria de produtos | Consumo turístico das famílias (CT) | Exportação turística (XT) | Demanda turística final (DFT) | Consumo intermediário turístico (CIT) | Demanda turística total (DT) |
|-------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------------------------|--|-------------------------------------|
| Combustível veicular | 12.263 | - | 12.263 | - | 12.263 |
| Transporte terrestre | 15.461 | - | 15.461 | - | 15.461 |
| Transporte aquaviário | 1.392 | - | 1.392 | - | 1.392 |
| Transporte aéreo | 12.476 | 7.914 | 20.390 | 28.212 | 48.601 |
| Estacionamentos e pedágios | 1.359 | - | 1.359 | - | 1.359 |
| Hotéis e similares | 13.283 | 7.092 | 20.375 | 26.547 | 46.921 |
| Serviços de alimentação | 34.939 | 5.081 | 40.020 | 15.696 | 55.716 |
| Cinema | 57 | - | 57 | - | 57 |
| Aluguel de imóveis | 624 | - | 624 | - | 624 |
| Aluguel de veículos | 714 | - | 714 | - | 714 |
| Agenciamento de viagens | 6.372 | - | 6.372 | 5.007 | 11.378 |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 3.018 | - | 3.018 | - | 3.018 |
| Total | 101.957 | 20.087 | 122.044 | 75.460 | 197.504 |

Fonte – “estimativas do autor - Estimativas não disponíveis

ESTIMATIVAS DE OUTROS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

A partir das estimativas da oferta turística, que corresponde à demanda turística, os demais agregados macroeconômicos turísticos foram estimados assumindo-se o pressuposto de proporcionalidade linear. Para cada produto turístico, foi calculada a proporção da oferta turística em relação à oferta total da economia. Essas estimativas são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Oferta total de produtos turísticos e fonte de demanda (em milhões de Reais)

| Categoria de produtos | Oferta total (O) | Oferta turística total (OT) | Participação da oferta turística na oferta total (OT/O) |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|--|
| Combustível veicular | 176.497 | 12.263 | 6,9% |
| Transporte terrestre | 116.288 | 15.461 | 13,3% |
| Transporte aquaviário | 33.195 | 1.392 | 4,2% |
| Transporte aéreo | 54.406 | 48.601 | 89,3% |
| Estacionamentos e pedágios | 127.776 | 1.359 | 1,1% |
| Hotéis e similares | 53.579 | 46.921 | 87,6% |
| Serviços de alimentação | 325.012 | 55.716 | 17,1% |
| Cinema | 46.185 | 57 | 0,1% |
| Aluguel de imóveis | 247.602 | 624 | 0,3% |
| Aluguel de veículos | 131.963 | 714 | 0,5% |
| Agenciamento de viagens | 164.380 | 11.378 | 6,9% |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 52.012 | 3.018 | 5,8% |
| Total | 1.528.895 | 197.504 | 12,9% |

Fonte – estimativas do autor

Essas proporções foram aplicadas sobre os demais agregados macroeconômicos a fim de se obter estimativas dos valores correspondentes ao turismo. Essa estratégia foi empregada para estimar os impostos sobre produtos turísticos e as margens do transporte e do comércio de produtos turísticos. A diferença entre a oferta turística total e esses três agregados constitui a estimativa do valor da produção turística (VPT). Por fim, o consumo intermediário da produção turística (CIPT) foi estimado a partir da estrutura de custos da produção de cada produto. Assim, as proporções das despesas com consumo intermediário total sobre o valor da produção total foram aplicadas sobre o valor da produção turística de cada produto. Os resultados dessas estimativas são apresentados na Tabela 4, que corresponde à TRU1.

Tabela 4 – Estimativas da oferta turística total – TRU1 (em milhões de Reais)

| Categoria de produtos | Oferta turística (OT) | Margem do comércio sobre o turismo (MGCT) | Margem do transporte sobre o turismo (MGTT) | Imposto de importação sobre o turismo | IPI sobre o turismo | ICMS sobre o turismo | Outros impostos menos subsídios sobre o turismo | Total de impostos líquidos de subsídios sobre o turismo (IPT) | Valor total da produção turística (VPT) | Importação turística (MT) | Consumo intermediário da produção turística (CIPT) |
|-------------------------------------|-----------------------|---|---|---------------------------------------|---------------------|----------------------|---|---|---|---------------------------|--|
| Combustível veicular | 12.263 | 2.232 | 89 | 0 | 0 | 2.674 | 0 | 2.674 | 7.269 | 0 | 6.581 |
| Transporte terrestre | 15.461 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.266 | 45 | 1.312 | 14.150 | 0 | 8.288 |
| Transporte aquaviário | 1.392 | 0 | -99 | 0 | 0 | 10 | 151 | 161 | 1.329 | 0 | 748 |
| Transporte aéreo | 48.601 | 0 | 0 | 0 | 0 | 329 | 1.509 | 1.838 | 38.713 | 8.051 | 30.113 |
| Estacionamentos e pedágios | 1.359 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 71 | 71 | 1.289 | 0 | 552 |
| Hotéis e similares | 46.921 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.252 | 3.252 | 22.140 | 21.529 | 10.330 |
| Serviços de alimentação | 55.716 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.480 | 758 | 5.238 | 34.662 | 15.816 | 18.327 |
| Cinema | 57 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 55 | 0 | 33 |
| Aluguel de imóveis | 624 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 621 | 0 | 50 |
| Aluguel de veículos | 714 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 58 | 58 | 656 | 0 | 248 |
| Agenciamento de viagens | 11.378 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 685 | 685 | 10.694 | 0 | 3.475 |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 3.018 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 414 | 414 | 2.604 | 0 | 1.121 |
| Total | 197.504 | 2.232 | -10 | 0 | 0 | 8.759 | 6.947 | 15.706 | 134.180 | 45.396 | 79.867 |

Fonte – estimativas do autor

O valor total da produção turística foi estimado em R\$ 134 bilhões, o que corresponde a 1,1% do valor total da produção brasileira. Deduzidos os quase R\$ 80 bilhões de consumo intermediário da produção turística, obtém-se o VABDT de R\$ 54 bilhões (0,9% do VAB). Somando-se os quase R\$ 16 bilhões de impostos sobre os produtos, chega-se à estimativa de que o PIBDT no Brasil é igual a R\$ 70 bilhões, montante que equivale a 1% do PIB brasileiro.

O VABDT de cada produto turístico foi adotado como estimativa do VABDT de cada atividade turística, conforme pressuposto da identidade entre produtos e atividades turísticas discutido na seção 6. Os componentes desse agregado pela ótica da renda foram estimados também adotando-se o pressuposto de proporcionalidade linear. Assim sendo, as proporções do VAB total de cada atividade correspondentes a remunerações, excedente operacional e impostos sobre a produção, além de submedidas específicas, foram utilizadas para calcular os valores correspondentes nas atividades turísticas. Os componentes do VABDT total do turismo são apresentados na Tabela 5, que equivale à TRU3. O VABDT por atividade turística é apresentado na Tabela 6, juntamente com a estimativa do número de empregos diretos.

Tabela 5 – Componentes do Valor Adicionado Bruto Direto do Turismo pela ótica da renda – TRU3

| Operação | Valor (R\$ milhões) |
|--|----------------------------|
| Valor adicionado bruto direto do turismo (VABDT) | 54.314 |
| Remunerações diretas do turismo (WT) | 32.843 |
| Salários | 27.175 |
| Contribuições sociais efetivas | 5.668 |
| Previdência oficial/FGTS | 5.510 |
| Previdência privada | 158 |
| Contribuições sociais imputadas | 0 |
| Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto diretos do turismo (EOBT) | 20.050 |
| Rendimento misto bruto | 8.788 |
| Excedente operacional bruto | 11.262 |
| Outros impostos sobre a produção turística (ISPT) | 1.507 |
| Outros subsídios à produção | -86 |
| Valor da produção turística (VPT) | 134.180 |
| Fator trabalho (milhares de ocupações) | 1.508,9 |

Fonte – estimativas do autor

Tabela 6 – Valor Adicionado Bruto Direto do Turismo e ocupações relativas ao turismo, por atividade

| Atividade turística | Valor Adicionado Bruto Direto do Turismo (VABDT / R\$ milhões) | Ocupações (milhares) |
|-------------------------------------|--|----------------------|
| Combustível veicular | 688 | 0,4 |
| Transporte terrestre | 5.862 | 144,6 |
| Transporte aquaviário | 581 | 3,0 |
| Transporte aéreo | 8.600 | 52,3 |
| Estacionamentos e pedágios | 737 | 7,5 |
| Hotéis e similares | 11.810 | 349,5 |
| Serviços de alimentação | 16.335 | 703,7 |
| Cinema | 21 | 0,2 |
| Aluguel de imóveis | 571 | 0,5 |
| Aluguel de veículos | 408 | 4,0 |
| Agenciamento de viagens | 7.218 | 170,7 |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 1.483 | 72,4 |
| Total | 54.314 | 1.508,9 |

Fonte – estimativas do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou elaborar estimativas das dimensões econômicas do turismo no Brasil a partir de uma perspectiva inovadora. O trabalho tirou proveito da oportunidade criada pela divulgação da POF 2017-2018 do IBGE e se diferenciou dos trabalhos anteriores ao adotar a estratégia de estimação baseada nos QPTs. Desta forma, este estudo atualizou as estimativas da participação do turismo na economia brasileira e ofereceu uma nova perspectiva sobre o tema. O PIB direto do turismo em 2018 foi estimado em R\$ 70 bilhões, correspondendo a 1% do PIB brasileiro.

A estimativa da participação do turismo na economia brasileira desenvolvida neste trabalho diverge substancialmente das estimativas anteriores. Contudo, é importante ressaltar que este estudo não deve ser diretamente comparado àquelas que mensuraram as ACTs em suas totalidades. Estimativas referentes à atividade total das ACTs são bastante superiores principalmente porque incluem grandes parcelas de produção voltada ao atendimento de residentes. Nos serviços de alimentação e transporte terrestre, por exemplo, essas parcelas passam de 80%. O presente trabalho tampouco deve ser diretamente comparado às estimativas que incluem impactos econômicos indiretos e induzidos do turismo. Em especial, a mensuração aqui desenvolvida não é imediatamente comparável às frequentemente citadas estimativas do impacto econômico total do turismo divulgadas pela WTTC (World Travel and Tourism Council, 2021).

Entretanto, mesmo se comparado exclusivamente aos estudos de dimensionamento da produção econômica específica do turismo no Brasil, o presente trabalho ainda traz estimativas bastante inferiores. As estimativas anteriores variaram

entre 2% e 2,5% do PIB (Embratur, 1991, 2002; Santos, 2017; Takasago et al., 2010), ou seja, pelo menos o dobro da estimativa aqui desenvolvida. Essa diferença deve estar relacionada sobretudo a dois fatores. O primeiro é a ausência de estimativas para alguns agregados da demanda turística neste trabalho. A indisponibilidade de dados não permitiu a inclusão de estimativas acerca da exportação turística e do consumo intermediário turístico de alguns tipos de produtos, como combustível veicular, transporte terrestre, aluguel de veículos e de imóveis por temporada. No consumo turístico das famílias, o conjunto de itens não estimados para a demanda externa totaliza cerca de 40% do consumo turístico total. O conjunto de itens não estimados no consumo intermediário corresponde, no consumo turístico das famílias, a 34%. Os padrões de comportamento dos diferentes públicos sugerem que os itens não estimados são menos relevantes para as demandas externa e intermediária do que para as famílias. De qualquer forma, em uma perspectiva conservadora, assumindo-se que a participação dos itens não estimados é a mesma observada nas famílias, o resultado seria um aumento de 17% na demanda turística total. Logo, a participação do turismo no PIB brasileiro não deve passar de 1,17%. Sendo assim, embora a presente estimativa apresente lacunas, essas não são suficientes para explicar a maior parte da diferença entre os resultados aqui obtidos e aqueles apresentados por estudos anteriores.

O principal motivo da diferença entre as estimativas deste e dos estudos anteriores reside no método de estimação. A aplicação dos QPTs sobre os dados do SCN é um método diferenciado daqueles empregados anteriormente. Algumas estimativas anteriores do PIB do turismo no Brasil se apoiaram diretamente sobre pesquisas de demanda turística. Essa abordagem não garante a consistência dos resultados com as informações do SCN, pois carece de critério de conciliação entre dados da demanda e da oferta. Já o método dos QPTs tem a conciliação de demanda e oferta em seu cerne. Outras iniciativas desagregaram a produção nas parcelas turística e não turística a partir dos Coeficientes de Atendimento a Turistas (CAT) estimados pelo IPEA. Entretanto, os CATs se referem apenas às ACTs, desconsiderando o consumo turístico de bens e serviços produzidos por empresas de atividades não características do turismo. Já os QPTs permitem captar o todo o consumo turístico, incluindo os bens e serviços produzidos pelas ACTs e também aqueles produzidos por empresas de outras atividades. Além disso, embora consistente com o SCN, os CATs podem ser criticados em razão da dificuldade de obtenção de estatísticas consistentes a partir da coleta de dados junto às empresas acerca de uma informação tão específica e complexa quanto esses coeficientes. Portanto, o método aqui utilizado, baseado nos QPTs, reúne as vantagens dos dois métodos anteriores, ou seja, a qualidade da pesquisa amostral feita com consumidores e a consistência dos resultados com o SCN. Sendo assim, o método aqui desenvolvido representa um importante avanço e traz novas perspectivas e evidências sobre a dimensão da participação direta do turismo na economia brasileira.

É fundamental reconhecer que as estimativas do presente estudo apresentam limitações. Em primeiro lugar, a qualidade das estimativas sempre depende da qualidade dos dados disponíveis. No Brasil, a disponibilidade de dados ainda é limitada. A informalidade da economia e a escassez de pesquisas sobre a demanda turística são as principais barreiras ao desenvolvimento de estatísticas turísticas mais consistentes. As lacunas de dados se concentram sobretudo no turismo

internacional e no consumo turístico das empresas e do governo. Outras lacunas importantes são relativas às despesas com bens duráveis associados ao turismo, como veículos e equipamentos, e às residências secundárias.

As estimativas desenvolvidas neste trabalho são referentes ao ano de 2018. No entanto, apesar do tempo transcorrido, é importante notar que a estrutura da atividade econômica é muito mais estável do que o volume de atividade. Por exemplo, o índice de similaridade de matrizes para a tabela de produção das TRU entre 2010 e 2018 é de 0,99. Isso sugere que a estrutura econômica brasileira é consideravelmente constante. Logo, embora desatualizadas em volume, as estimativas aqui apresentadas devem descrever a estrutura da atividade turística no Brasil com considerável precisão. Em segundo lugar, deve-se levar em consideração o choque da pandemia de Covid-19, que atingiu sobretudo o turismo. Neste sentido, é preciso admitir que as variações ocorridas durante e depois da pandemia ainda são pouco conhecidas. Contudo, o processo de recuperação do turismo no Brasil sugere que a realidade pós-pandemia não é substancialmente diferente daquela observada antes do choque. Portanto, as estatísticas de 2018 devem representar a realidade recente sem distorções muito relevantes.

O desenvolvimento de estatísticas econômicas é um requisito fundamental para a compreensão da realidade, bem como para o julgamento das prováveis consequências de diferentes políticas e ações. Desta forma, tais estatísticas são essenciais para a elaboração de políticas, a tomada de decisões estratégicas e a avaliação das ações implementadas. Informações consistentes e detalhadas sobre a contribuição direta do turismo para a economia brasileira permitem avançar na direção do melhor uso dos recursos disponíveis para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país. O turismo no Brasil ainda é uma atividade econômica que carece de melhores mensurações, o que favorece discursos irrealistas, enganosos e suspeitos, prejudicando a credibilidade pública do setor e a obtenção de recursos para seu desenvolvimento. Sendo assim, os resultados do presente trabalho contribuem de forma consistente para a construção do conhecimento nesse campo e a gestão do turismo baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

- ANAC. (2022). *Anuário do Transporte Aéreo*. ANAC.
- Banco Central do Brasil. (2020). *Balanço de pagamentos - BPM6*. Banco Central do Brasil. <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>
- Candela, G.; & Figini, P. (2012). *The Economics of Tourism Destinations*. Springer.
- Casimiro Filho, F., & Guilhoto, J. J. M. (2003). Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais. *Análise Econômica*, 21(40). <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10743>
- Clemente, A. C. F., Andrade, L. G., Stoppa, E. A., & de Oliveira Santos, G. E. (2020). Políticas públicas frente aos impactos econômicos da Covid-19 no Turismo. *Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo e Território*, 8(14), 73-85. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.32210>
- CNC, Fenatur, & Ipeturis. (2020). *Caracterização do setor de agenciamento de viagens*. CNC.
- Embratur. (1991). *Sistema de contas nacionais do turismo: análise econômica*. Embratur.

- Embratur. (2002). *Conta satélite do turismo: Brasil: 1999*. Embratur.
- Feijó, C. A., & Ramos, R. L. O. (2013). *Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil* (4a ed.). Elsevier.
- Frechtling, D. C. (2010). The tourism satellite account: A primer. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 136-153. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.08.003>
- Gonçalves, C. C. S., Faria, D. M. C. P., & Horta, T. de A. P. (2020). Metodologia para mensuração das Atividades Características do Turismo: uma aplicação para o Brasil e suas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 14(3), 89–108. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i3.1908>
- IBGE. (2006). *Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003*.
- IBGE. (2008). *Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica: 2000-2005*. IBGE.
- IBGE. (2009). *Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica: 2003-2006*. IBGE.
- IBGE. (2010). *Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica: 2003-2007*. IBGE.
- IBGE. (2012). *Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica: 2003-2009* (Issue 13). IBGE.
- IBGE. (2016). *Sistema de Contas Nacionais: Brasil: Ano de referência 2010* (3rd ed.). IBGE. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98142.pdf>
- IBGE. (2017a). *Classificação - Correspondência entre atividades-contas de divulgação do SCN 2010 e a classe Cnae 2.0 (4 dígitos)*. https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Tradutores/Tradutor_Atividade_CNAE.xls
- IBGE. (2017b). *Tradutor POF 2008-2009 - Consumo final das famílias/Contas Nacionais*. https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Tradutores/Tradutor_POF2009_ContasNacionais.xls
- IBGE. (2019). *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: Primeiros resultados*. IBGE.
- IBGE. (2022). *Conta-satélite de saúde*. IBGE.
- Kadota, D. K., & Rabahy, W. A. (2003). Conta Satélite de Turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo. *Revista Turismo Em Análise*, 14(1), 65–84. <https://doi.org/10.11606/ISSN.1984-4867.V14I1P65-84>
- Libreros, M., Massieu, A., & Meis, S. (2006). Progress in tourism satellite account implementation and development. *Journal of Travel Research*, 45(1), 83-91. <https://doi.org/10.1177/0047287506289517>
- Ministério do Trabalho. (2022). *Microdados RAIS e CAGED*. <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>
- Ministério do Turismo. (2015). *Diagnóstico e Plano Estratégico de Estatísticas Turísticas Nacionais: Relatório 2: Balanço Diagnóstico sobre Contas Nacionais, de Pagamentos e Conta Satélite de Turismo: Versão Final*. Ministério do Turismo.
- Rabahy, W. A., & Rejowski, M. (2001). Experiência brasileira em Contas Nacionais do Turismo. *Revista Turismo Em Análise*, 12(2), 32. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v12i2p32-42>
- Ribeiro, L. C. D. S., Santos, G. F., Cerqueira, R. B., & Souza, K. B. (2021). Do income policy mitigate the economic impacts of Covid-19 on tourism in Brazil. *Economics Bulletin*, 41(4), 2574-2579.
- Sakowski, P. A. M. (2013). *Aspectos metodológicos do sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo*. IPEA. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1842.pdf

- Santos, G. E. de O., Silveira, C. E., & Lobo, H. A. S. (2014). Estudos da demanda turística: métodos, análises e casos. *Revista Turismo em Análise*, 25(1), 4-8. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v25i1p4-8>
- Santos, G. E. de O. (2016). Pesquisa científica em economia do turismo no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 79-88. <https://doi.org/10.34624/RTD.VOI26.10773>
- Santos, G. E. de O. (2017). Conta Satélite do Turismo: novas estimativas. *Anais Do Seminário Da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Turismo*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/14/654.pdf>
- Santos, G. E. de O., & Kadota, D. K. (2012). *Economia do Turismo*. Aleph.
- Smeral, E. (2006). Tourism satellite accounts: A critical assessment. *Journal of Travel Research*, 45(1), 92-98. <https://doi.org/10.1177/0047287506288887>
- Smith, S. L., & Wilton, D. (1997). TSAs and the WTTC/WEFA methodology: different satellites or different planets?. *Tourism Economics*, 3(3), 249-263. <https://doi.org/10.1177/135481669700300304>
- Spurr, R. (2006). Tourism satellite accounts. In: L. Dywer & P. Forsyth. *International handbook on the economics of tourism* (pp. 283-300). Edward Elgar. <https://doi.org/10.4337/9781847201638>
- Takasago, M., Guilhoto, J. J. M., Mollo, M. de L. R., & Andrade, J. P. de. (2010). O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 40(3), 431-460.
- United Nations. (1993). *System of national accounts 1993*. United Nations.
- United Nations. (1994). *Recommendations on tourism statistics*. United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/155972>
- United Nations. (2001). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. United Nations.
- United Nations. (2008a). *International recommendations for tourism statistics 2008*. United Nations.
- United Nations. (2008b). *Tourism satellite account: recommended methodological framework 2008*. United Nations.
- United Nations. (2009). *System of National Accounts 2008*. United Nations.
- UNWTO. (2023a). *Economic Contribution and SDG*. <https://www.unwto.org/tourism-statistics/economic-contribution-SDG>
- UNWTO. (2023b). *Global and regional tourism performance*. <https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance>
- World Travel and Tourism Council. (2021). *Travel & Tourism Economic Impact Research Methodology*. Oxford Economics. <https://wttc.org/Portals/0/Documents/Reports/2021/WTTC Methodology Report 2021.pdf?ver=2021-06-03-165822-823>

Recebido em: 16 set. 2023

Aceito em: 24 nov. 2023

CONTRIBUIÇÃO:

Autoria única.

Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Modalidade Bolsa Produtividade em Pesquisa, processo 308848/2021-7.